

PROBLEMAS DA LÍNGUA: UMA OLHADA NOS “DÉFICITS” LINGÜÍSTICOS DE SEUS USUÁRIOS*

José Rogério Fontenele Bessa
UFCE

Resumo

Estudo resultante de uma reflexão em torno de duas questões: 1) a propriedade e o alcance da expressão **problemas da língua**; e 2) o caráter fictício e/ou real do <<déficit>> **lingüístico**. Divide-se em quatro partes, assim enumeradas e designadas: 1. Consideração introdutória; 2. Identificação de alguns tipos de problemas; 3. ‘Déficits’ lingüísticos: perspectivação teórica e realidade; e 4. Apreciação final. Após o exame das questões, levado a cabo nas segunda e terceira partes, chega-se, na Apreciação final, a algumas conclusões, entre as quais se destacam as seguintes: é equívoca a expressão **problemas da língua** e o ‘déficit’ **lingüístico**, longe de constituir um mito, é uma realidade.

Abstract

*Study resulting from a reflection around two questions: 1. the property and the wideness of range of the expression **problems of language**; and 2. the real and/or imaginary character of the **linguistic ‘deficit’**. It is divided in four parts as follows: 1. Introductory account; 2. Identification of some types of problems; 3. Linguistic ‘deficits’: theoretical outlook and reality; and 4. Final appreciation. Subsequent to the appraisal of the questions carried out in the second and third parts, one comes, at the Final appreciation, to a few conclusions, among which the following ones stand out: the expression **problems of language** is erroneous and the so-called **linguistic ‘deficit’**, far from being a myth, is something that really exists.*

* Trabalho apresentado aos participantes da IV SEMANA DE LETRAS, intitulada *Problemas da Língua e das Letras* e realizada, no Campus da Betânia – UVA, no período de 22 a 26 de outubro de 2001.

1. Consideração introdutória

Neste estudo, propomo-nos: 1) aquilatar a propriedade e o alcance da expressão *problemas da língua* mediante a identificação de situações e dificuldades a que se aplicaria; e 2) enfocar, com base em breve apreciação de duas perspectivas teóricas antagônicas, o problema dos <<déficits>> lingüísticos. A consecução destes objetivos poderá ensejar mais adiante, tanto de nossa parte quanto das de outros pesquisadores, uma reflexão mais profunda e mais detalhada que tenha em vista, no âmbito da Língua Portuguesa, uma planificação lingüística voltada para as reais necessidades dos usuários.

Não é de nosso conhecimento a existência de um trabalho sequer nem, muito menos, de trabalhos acerca de tema tão específico como o implícito no título do presente estudo. Esta presumível lacuna na literatura lingüística por si só justificaria esta reflexão sobre as situações e dificuldades aludidas no primeiro objetivo acima enunciado. Quando este argumento não seja válido, lembramos o da necessidade de questionamento do caráter equívoco ou não-equívoco e/ou da pertinência ou legitimidade de sua aplicação a fatos estruturalmente não-inerentes à língua, mas simplesmente decorrentes de seu uso em várias instâncias.

E para sermos mais preciso, enunciamos o tema implícito no título do presente estudo do seguinte modo: *Problemas referentes à língua e ao seu uso em diversas instâncias*. Assim, deixa de ser implícito e passa a ter enunciado próprio que não se confunde com o do título. Para desenvolvê-lo, concebemos este estudo que se divide em quatro partes, assim designadas: 1. *Consideração introdutória*; 2. *Identificação de alguns tipos de problemas*; 3. *“Déficits” lingüísticos: perspectiva teórica e realidade*; 4. *Apreciação final*.

Por último, cumpre-nos esclarecer que, à medida que identificamos e declinamos cada problema, opinamos sobre a equivocidade e/ou não-equivocidade, pertinência e/ou legitimidade da expressão em face dele.

2. Identificação de alguns tipos de problemas

Há problemas que não são propriamente da língua, pois que, não sendo de natureza sistêmica, pertencem a outros domínios, como o da ciência por exemplo. Há problemas que dizem respeito ao <<desempenho>> e que podem ser vistos como problemas apenas na ótica de certos observadores, entre os quais se encontram cronistas e repórteres. Todavia, existem os observadores implacáveis, que atuam como censores e entre os quais vamos encontrar como autênticos paladinos: a) os gramáticos normativos; b) os ancestrais destes, que foram e continuam a ser, desde um passado remoto até a modernidade mais recente, os autores de um tipo de estudos que CÂMARA JR. (1975:10) deno-

mina *O Estudo do Certo e Errado*; e c) finalmente, os jacobinos, entre os quais se alinham e pontificam os legisladores que, entre outras coisas, querem principalmente impedir a importação de palavras e banir da língua os estrangeirismos.

Reportar-nos-emos aqui, em primeiro lugar, aos trabalhos enquadrados na categoria do <<certo e errado>>; em segundo, ao problema da <<importação de palavras e estrangeirismos>>; em terceiro, às <<medidas protecionistas com relação à língua>>; e em último lugar, aos <<problemas da ciência>>, de que daremos apenas um exemplo.

2.1. Trabalhos enquadrados na categoria do <<certo e errado>>

Dos que produzem trabalhos que se enquadram na categoria do <<certo e do errado>> estão cheias as academias da língua, convindo notar que fora destas há uma falange numerosa de praticantes. Para CÂMARA JR. (1975:13), << (...) *O Estudo do Certo e Errado* não é ciência. Nada mais é que uma prática do comportamento lingüístico.>> Por esta razão, o lingüista brasileiro enquadra este tipo de estudos na categoria da Pré-lingüística. Já que *O Estudo do Certo e Errado* é como, por outras palavras, o define o referido lingüista, o estudo sistemático dos traços lingüísticos das classes superiores, havemos de convir em que esta categoria de estudo não chega a constituir, na ótica dos observadores neutros, propriamente um problema da língua ou para a língua, tendo-se em conta que ela redundava em valioso serviço de amplo e justificável alcance social. Em quantas e quantas oportunidades – deixemos aqui este testemunho – não tivemos de consultar trabalhos desse tipo com o objetivo de dirimir dúvidas.

Embora o lingüista brasileiro lhe negue qualquer mérito científico, que efetivamente não tem, não é só por sua utilidade social que *O Estudo do Certo e Errado* há de ser levado em conta numa reflexão em torno de problemas que, não sendo propriamente da língua, a esta, direta ou indiretamente, dizem respeito, porque influem em seu futuro, em seu destino e na sua destinação. Os problemas a que nos referimos deixam de sobreaviso todos os técnicos, cientistas sociais e observadores neutros responsáveis pela planificação lingüística. Não só por sua utilidade social *O Estudo do Certo e Errado* precisa ser considerado, senão também por seu caráter de evidenciação de mudança lingüística. Por que, nesse sentido, provêem evidências, este tipo de estudo, embora não-científico, tem alto interesse para a ciência da linguagem. O exemplo ilustrativo mais notório d'*O Estudo do Certo e Errado* é o famoso texto do *Appendix Probi*, de que LEMLE (1995:46-8) se serve não só para apresentá-lo como repositório de formas lingüísticas em transição, mas também, conforme palavras da lingüista (Id. *Ibid.*:47):

(...) para mostrar que o menosprezo de um grupo de falantes pelo modo de falar de outro grupo de falantes é algo que se repete continuamente em todos os tempos, em todas as partes, em todas as sociedades.

O problema por ela aí salientado é de natureza sóciolingüística, mas, de nenhum modo, a disputa lingüística diastrática constitui um problema que seja da língua ou que a esta possa ser atribuída. A mudança lingüística não é, pois, um problema.

2.2. Importação de palavras e estrangeirismos.

Consideremos agora a questão da importação de palavras e a dos estrangeirismos na língua. Não há dúvida de que constituem dois mecanismos de mudança lingüística, contra os quais se insurgem puristas e legisladores. Ninguém, todavia, melhor os vê que os observadores neutros. É de PAIVA BOLÉO (1965), competente lingüista português, um estudo muito elucidativo dos problemas da importação de palavras e/ou do *empréstimo* (fr. *emprunt*) e dos estrangeirismos.

No referido estudo, intitulado *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português*, o lingüista luso, com apoio em teoria do filólogo holandês Salverda de Grave – “em artigo publicado em 1907 nos *Mélanges Chabaneau*” – enfrenta primeiramente as causas da importação, sintetizando-as nestas quatro palavras: *necessidade, maior rigor de sentido, concisão e eufemismo*. É a primeira causa que explica e justifica a importação do nome novo de um novo objeto. É a concisão que justifica a importação de um termo para substituir a perífrase da Língua Nacional (v.g.: “*pijama em vez de fato de dormir*”). É o eufemismo que valida e legitima a importação de um termo com o qual contornamos ou evitamos o sentido acintoso e antipático da perífrase na Língua Nacional. *Cometer uma ‘gaffe’* tem sentido mais ameno que *Cometer um ‘deslize na vida social’*.

O problema dos estrangeirismos, BOLÉO (1965:26) considera-o <<intimamente relacionado com o problema da importação>>, ponderando que, no estudo daqueles, <<um dos primeiros aspectos a considerar é o da sua duração e vitalidade>>. Daí em diante, estabelece cinco variedades de estrangeirismos, que enunciamos aqui do seguinte modo:

1. estrangeirismos de vitalidade limitada a certa época e depois desaparecidos (v.g.: *reprochar*, do fr. *reprocher*);
2. estrangeirismos incorporados na língua e não sentidos como tais (v.g.: *chefe*);
3. estrangeirismos nacionalizados na forma ou na pronúncia (v.g.: *futebol* (do ing. *foot-ball*));

4. estrangeirismos submetidos a mudança parcial de sentido (v.g.: *lanche*, do ing. *lunch*, ‘refeição do meio-dia’ e ‘refresco’, que, em português, “veio a designar uma pequena refeição da tarde”);
5. estrangeirismos adulterados na boca do povo e tornados irreconhecíveis como tais (v.g.: *biochene*, do fr. *vieux chêne*, ‘tinta de água para escurecer madeira’).

BOLÉO (1965) constitui um significativo estudo da importação de palavras e estrangeirismos na Língua Portuguesa, no qual se mantém imparcial, adotando, como não poderia deixar de ser, a postura de um observador neutro, isto é, a do observador que não toma partido e não revela nenhum preconceito. Digna dos maiores louvores, neste particular, é a sua apreciação dos galicismos. Lendo-a, deduzimos que a Língua Portuguesa não se aviltou nem se abastardou nem perdeu a sua identidade por causa deles. Pelo contrário, renovou-se e se enriqueceu, tendo-se em vista o que nela se incorporou e hoje se explica como um mal em certa época necessário que só bem lhe fez. Esta é a visão do filólogo e gramático esclarecidos e, sobretudo, a do lingüista.

2.3. Medidas protecionistas com relação à língua

Ocorre, no entanto, que hoje vivemos dentro de uma nova ordem mundial. O lingüista, sobretudo, tem que rever a sua posição costumeira ou a sua postura de observador neutro dos fatos. Há de engajar-se numa frente de oposição à ordem avassaladora da globalização.

Daí por que têm que ser vistos de outra forma os problemas abordados no Projeto de Lei n.º. 1676, de 1999, de autoria do Deputado Federal Aldo Rebelo. Este Projeto tem a seguinte ementa: <<Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências>>. Projetos desta natureza, como sabemos, não surtiram efeito no âmbito de outras línguas, mas quando ocorreram estes Projetos, outros eram os tempos. Precisamos despertar para a realidade do presente que projeta as sombras de um futuro ameaçador. Cada língua e cada cultura devem transformar-se numa trincheira contra a clonagem lingüística e cultural. Sobre a questão já se pronunciou o pensador, teórico da Literatura e crítico literário Eduardo Portella num artigo intitulado *Cultura clonada e mestiçagem*, que foi publicado na edição de junho de 2000 de *O Correio da Unesco*. Logo no início, lêem-se estas palavras que convidam a uma reflexão urgente:

Levantar hoje a questão da cultura é colocar-se em uma encruzilhada para a qual convergem, embora também se oponham, o avanço da globalização e a persistência das identidades nacionais.

Apesar de as culturas se manterem arraigadas em seus contextos nacionais, torna-se cada vez mais difícil acreditar que os conceitos

tradicionais de identidade, povo ou nação sejam “intocáveis”. De fato, jamais nossas sociedades conheceram rupturas tão generalizadas com tradições centenárias.

A mesma edição de *O Correio da Unesco* traz ainda outros trabalhos, que são de um realismo assustador em virtude das cifras apresentadas. O de Ranka Bjeljic-Babic, intitulado *Seis mil línguas: um patrimônio em perigo*, salienta o declínio da diversidade lingüística no mundo. Não parece ser de nenhum interesse a adoção de medidas para a preservação das línguas minoritárias. Por essa razão, BJELJIC-BABIC (2000:18a) afirma: <<Os lingüistas acreditam que um idioma só pode sobreviver se contar com o mínimo de 100 mil falantes.>> E mais adiante, a pesquisadora explica por que as citadas medidas não são adotadas:

A diversidade das línguas foi então percebida como um entrave às trocas e à difusão do saber. O monolingüismo tornou-se um ideal.

No mesmo citado periódico, Roland J.-L. Breton (2000:23a), geolingüista e professor emérito da Universidade de Paris VIII, é ainda mais realista ao afirmar:

Na aurora do século XXI, é evidente que a globalização acelerada da esfera econômica é acompanhada pela anglicização crescente dos intercâmbios lingüísticos. Cada vez mais pessoas são incitadas a utilizar ou a emitir mais mensagens em inglês do que em suas próprias línguas.

Se ainda não estivermos convencidos da gravidade do momento e da importância da adoção de medidas protecionistas, convém dar atenção ao trabalho publicado no mesmo periódico e intitulado *O futuro das línguas*, de autoria de Jean-Louis Calvet, Professor de Sociolingüística da Universidade de Sorbonne. CALVET (2000:35) inicia o trabalho com estas palavras:

A exemplo da ecologia, que apresenta os diferentes níveis de vida como uma série de elementos encaixados que vão da célula à ecosfera, as línguas do mundo podem ser apresentadas como um sistema “gravitacional”. A pedra angular deste último é hoje o inglês, língua “hipercentral”, em torno da qual gravitam umas 10 línguas “supercentrais”. De 100 a 200 línguas “centrais”, ligadas às “supercentrais” pelos falantes bilíngües, são por sua vez o eixo de gravitação de 4 a 5 mil línguas “periféricas”.

Portanto, nem todas essas línguas têm o mesmo peso, a mesma força, o mesmo futuro. Como este é incerto para a grande maioria delas, cresce a mobilização para protegê-las. As línguas, como as focas e as baleias, são consideradas espécies ameaçadas.

CALVET não crê no êxito de medidas protecionistas ou de políticas linguísticas que não sigam o sentido da prática social. Não crê que possam dar certo as tentativas de regulamentação linguística destinadas ao combate de estrangeirismos. Neste particular, refere-se à lei francesa denominada “Lei Toubon”, de 4 de agosto de 1994. Considera irracional o medo ante os estrangeirismos e não acredita em pureza linguística: <<A pureza da língua>>, afirma ele, <<é um mito, que condena ao imobilismo.>>

A postura adotada pelo sociolinguísta em face das medidas protecionistas parece-nos um tanto conflitante com relação à metáfora futuroológica do sistema gravitacional. Inclina-mo-nos, no entanto, a admitir que em virtude da ameaça da globalização linguística valerá a pena que cada povo lute por sua própria identidade linguística. Vivemos uma nova realidade e não é mais possível que os (sócio) linguístas pensem da mesma forma. Mas, não é só pelo que até aqui foi exposto que o Projeto do Deputado Aldo Rebelo é oportuno e procedente. O apelo aos estrangeirismos na propaganda e nas placas de lojas e supermercados há muito superou os limites da tolerância. Estamos, portanto, diante de um problema que não é, mais uma vez, da língua, mas que, para ela, pertence.

E para encerrarmos esta parte de nosso estudo, consideremos este apelo, feito há quase cinquenta anos, em CUNHA (1954:33):

Sejamos mais clementes com os estrangeirismos, mesmo porque não podemos evitá-los, pois nos vêm com os progressos da civilização: a palavra a acompanhar a coisa, indicando-lhe a origem.

Creemos em que outra seria hoje a postura do gramático e filólogo de saudosa memória. Não pediria ele, com certeza clemência para os estrangeirismos que ultrapassam os limites da tolerância.

2.4. Problemas da ciência

Logo no início deste trabalho, afirmamos que há problemas que são ou podem ser da ciência. Entre os problemas desta categoria, está este que, segundo MARTINET (1974:33), decorre da descrição científica das línguas e “do qual certos linguístas ainda não tomaram plena consciência”.

Trata-se de <<uma descrição estrutural estritamente sincrônica fundada na observação de usos reais>>. Eis por que, conforme as palavras do próprio linguísta, esta <<descrição estrutural estritamente sincrônica>> é não só “delicada”, mas também, acrescentemos, inexequível:

Toda língua, como se sabe, mas freqüentemente se esquece, está perpetuamente em curso de evolução e os diferentes usuários manifestam no emprego da língua estádios diversos desta evolução. De

uma geração a outra, podem constatar-se divergências apreciáveis na fonologia, no léxico, e até na morfologia e na sintaxe. De outra parte, o mesmo indivíduo pode, de um instante para outro, em diferentes estilos, apresentar, segundo certos planos, traços mais ou menos conservadores ou inovadores.

Problemas da ciência à parte, é claro que o lingüista tem plena razão, porque a língua, em nenhum momento, deixa de evoluir. Neste particular, o pensamento do mestre do funcionalismo lingüístico francês não se afasta muito do do mestre de Genebra. SAUSSURE (1970:88), para comprovarmos a última afirmação, diz-nos:

As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certo número de indivíduos por vez e durante tempo limitado; da língua, ao contrario, cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos.

É importante, pois, que o professor de língua materna e o futuro professor da área, para não dizer o estudante de Letras, tenham uma plena consciência da mutabilidade da língua, porque, se a tiverem, não serão irredutíveis em seus julgamentos e na avaliação do grau de proficiência lingüística de seus alunos no que concerne à língua materna.

3. “Déficits” lingüísticos: perspectivação teórica e realidade

É tempo agora de considerarmos o último e talvez mais importante problema: o dos <<deficits>> lingüísticos de seus usuários. Este problema, como veremos, é também o mais polêmico. Remonta a uma teoria de Bernstein que ficou sendo conhecida, entre psicólogos e lingüistas, sob a denominação de *hipótese do <<deficit>> verbal*. Este ‘deficit’ seria a causa do fracasso escolar, como alguns supõem, mas nós particularmente – observemos de passagem – não entendemos por que o ‘deficit’ lingüístico deva ser enfocado em função de um fracasso escolar de crianças de classes desfavorecidas, porque o insucesso escolar também ocorre entre crianças de classes favorecidas. E aqui as causas do fracasso seriam o excesso de bens e estímulos culturais e toda a sorte de facilidades.

Contudo, a vinculação do ‘deficit’ lingüístico ao fracasso escolar não deve ser imputada a Bernstein. Para este, que estabeleceu a distinção entre *código elaborado* e *código restrito*, a aquisição do primeiro “é essencial para o sucesso na escola”. Com estas palavras traduzimos uma ponderação mais que necessária, assim enunciada em MONTEIRO (2000: 141):

Na verdade, Bernstein por si mesmo não defendeu a hipótese de que o fracasso escolar seria conseqüência de uma incapacidade ou défi-

cit lingüístico. Contudo, algumas de suas propostas foram interpretadas nessa direção. Assim, por exemplo, ele distinguiu para o uso de inglês duas espécies de código: o código elaborado (*elaborated code*) e o restrito (*restrict code*). Este último seria empregado por qualquer pessoa, mas as crianças da classe média ou alta também adquiriam o código elaborado que segundo Bernstein, é essencial para o sucesso na escola.

Mas retornemos à *hipótese do <<déficit>> verbal* para acréscimo de certos pormenores necessários à argumentação aqui desenvolvida. Segundo esta hipótese, a linguagem de certas crianças é lacunosa sob os aspectos vocabular e gramatical, entre outros, e seria, como tal, uma base lingüística inadequada no que se refere ao sucesso escolar. RICHARDS et al. (1992), onde se lêem estas informações breves, porém, exatas, acrescentam que à *hipótese do <<déficit>> lingüístico* se opõe a *hipótese da diferença*, que caracterizam através destas palavras:

Esta (a hipótese da diferença) estabelece que, embora a linguagem de algumas crianças (e. g. crianças de certos grupos sociais e étnicos) possa ser diferente da de crianças da classe média, todos os dialetos são igualmente complexos e as crianças podem usá-los para expressar idéias complexas e formar uma base para a aprendizagem escolar.

SOARES (1988:43) considera o conceito de <<déficit>> *lingüístico* como fruto do preconceito e como uma impropriedade científica. O <<déficit>> *lingüístico* é, para ela, que se baseia, neste particular, no pensamento de Labov, um mito. Não toma partido por nenhuma das teorias rivais – por ela denominadas “teoria da deficiência cultural e lingüística” e “teoria das diferenças culturais e lingüísticas” – sobre as quais tem, em síntese, o seguinte pensamento (q.v. SOARES (1988:54-5)):

Em síntese: tanto para a teoria da deficiência quanto para a teoria das diferenças, as desigualdades lingüísticas se devem a desigualdades sociais, que determinam desigualdades de rendimento escolar; a divergência entre as duas teorias está na interpretação que dão às desigualdades: deficiências ou diferenças. Ambas, porém, são instrumentos de exercício da *violência simbólica*, pois dissimulam a discriminação social, pela legitimação e imposição da cultura e da linguagem de outros grupos, e assim garantem a preservação da estratificação social. A discriminação das classes populares na escola não se explica, pois, por *deficiências* culturais e lingüísticas, nem apenas pelas *diferenças* culturais e lingüísticas que, sem dúvida, as distinguem das classes dominantes; explica-se, na verdade, pela

opressão que essas classes dominantes, com a mediação da escola, exercem sobre as classes dominadas, através da imposição de sua cultura e de sua linguagem, apresentadas como legítimas, e da conseqüente desvalorização de uma cultura e linguagem que, só por ser diferente daquela considerada legítima, é acusada de “deficiente”.

Ora, SOARES (1988) quer-nos fazer crer que o <<deficit>> *lingüístico* não existe – é um mito – e que a solução no que se refere à erradicação de desigualdades sociais e lingüísticas não reside na adoção da teoria da diferença. É claro que ela tem razão e, no particular, não adota ponto de vista equívoco, pois afirma (q.v. SOARES (1988:54)) o que se segue:

(...) tanto a tentativa de superação das “deficiências” pela educação compensatória quanto a tentativa de superação das “diferenças” pela educação para o bidialetalismo funcional apenas dissimulam a função, que a escola tem, de preservar essa discriminação e de legitimar a dominação.

Chama-nos, em particular, a atenção o fato de as duas teorias estarem voltadas para apenas uma parcela dos usuários da língua. Esta não constitui um instrumento destinado apenas à comunicação da criança com outras crianças ou das crianças com os professores. A língua existe também para os jovens e para os adultos em geral. É de causar estranheza também a ênfase que a teoria das diferenças dá à educação para o bidialetalismo. A educação lingüística deve implicar e pressupor necessariamente o pluridialetalismo. A ação escolar deve voltar-se para o desenvolvimento de uma competência pluridialetal. O bidialetalismo implica certo <<deficit>> *lingüístico* e este, convém admitirmos, existe até mesmo no âmbito do pluridialetalismo.

Um conhecimento lingüístico pleno é, aliás, impossível. A língua é algo de difícil compreensão. Usuário nenhum salvo o falante-ouvinte ideal, conhece nem pode conhecer todas as palavras e expressões existentes em todos os idioletos e dialetos da língua, nem domina nem pode dominar todas as regras da Fonologia e todos os traços supra-segmentais desta língua. Havemos de convir em que existem muitas diferenças entre idioletos e dialetos e em que estas diferenças podem impedir muitas vezes a inteligibilidade mútua no âmbito de uma língua. Por que, então, considerar um mito a <<deficiência lingüística>>? E se sairmos do plano da oralidade para o da língua escrita, não haverá definitivamente como negar a existência do <<deficit>> *lingüístico*. Este existe em todos os níveis sociolingüísticos, em todas as classes sociais e em todos os indivíduos. O <<deficit>> *lingüístico* se manifesta de diversas maneiras: na não-compreensão de uma palavra, na concatenação imperfeita de termos para a constituição do enunciado, na articulação defeituosa de enunciados para a construção do parágrafo, na combinação disparatada de parágrafos

para a elaboração de um texto. Não cremos que <<déficits>> *lingüísticos* como estes desapareçam com as ações da escola e da universidade orientadas para a aquisição de um *código elaborado*.

A formação do profissional de Letras deverá pressupor a aquisição e o desenvolvimento de certas habilidades que venham reduzir ao máximo possível o <<déficit>> *lingüístico*. Saber ler e escrever com desenvoltura, definir bem os conceitos da área, elaborar textos técnicos e enunciar questões com clareza são, por exemplo, algumas das habilidades que um profissional de Letras deve ter.

4. Apreciação final

Muitas são as situações e dificuldades de ordem lingüística a que se aplicaria a expressão *problemas da língua*, convindo notar-lhe o caráter equívoco, já que eles, os problemas, não provêm da língua nem esta nenhum constitui nem impõe a ninguém. Os problemas, para serem da língua ou por esta suscitados, deveriam provir de seu próprio sistema. Ocorre que todos os problemas, embora de ordem lingüística, não pertencem à língua, senão à sua condição de instrumento de comunicação.

Reformas ortográficas sucessivas com pequenos intervalos, para darmos mais um exemplo, constituem problema no âmbito de uma língua. Como diz SENNA (1953:15):

As reformas e os acordos têm-se sucedido a intervalos tão pequenos que nem bem a gente vai aprendendo a escrever de um jeito, segundo certas regras, e já estas são letra morta... É evidente o transtorno que tais modificações causam a todo mundo, e principalmente às crianças das escolas.

Problemas são, na verdade, essas reformas ortográficas sucessivas com pequenos intervalos, mas eles não são da língua. São problemas atinentes ao uso da língua e, mais particularmente, ao uso da língua escrita, criados não por planificadores e professores responsáveis pelo ensino da língua escrita, senão por legisladores.

Juntemos aos problemas suscitados pelas reformas ortográficas sucessivas com pequenos intervalos e a todos os anteriormente salientados os do ensino-aprendizagem. Esta área de atividades revela *déficits* não apenas no lado do aluno, mas também no do professor jovem, inexperiente, recém-egresso do Curso de Letras, que, como todos sabemos, não mune o profissional da área – e é, aliás, impossível fazê-lo em período tão curto com apenas quatro anos de duração, mantidas as estruturas de currículo e de funcionamento atuais, bem assim as turmas numerosíssimas que mais parecem “multidões” – com o desejado e necessário lastro formativo.

Em suma, cumpre-nos reconhecer o caráter equívoco da expressão *problemas da língua*. Quando a empregamos, a língua é praticamente personificada. A expressão é, portanto, apenas uma maneira de nos reportarmos a dificuldades que o uso da língua suscita em seus usuários. A língua não tem nem apresenta problemas.

Por último, enfatizemos que o <<déficit>> *lingüístico* constitui uma realidade e se manifesta nos mais diferentes níveis da competência lingüística, não sendo, pois, um mito. Somente um ser mítico e onisciente como o *falante-ouvinte ideal* não apresenta qualquer tipo de deficiência lingüística. Por conseguinte, não apenas ratificamos a *hipótese do <<déficit>> lingüístico* – sem vinculá-la a nenhum contexto institucional específico –, mas também reivindicamos a ampliação de seu alcance. Parodiando o que da linguagem diz SAUSSURE (1970: 17), diremos que a língua é <<multiforme e heteróclita>>. Assim sendo, havemos de convir em que a competência lingüística de qualquer usuário, por maior e mais completa que tenha sido a sua educação lingüística, sempre apresentará lacunas. A compreensão que temos, pois, do <<déficit>> *lingüístico* se situa em dimensão mais geral que a costumeira.

Bibliografia

1. BJELJAC-BABIC, Ranka. Seis mil línguas: um patrimônio e em perigo. *O Correio da Unesco*, 18-9, junho 2000.
2. BOLÉO, Manuel de Paiva. O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português. 2. ed. rev. e ampl. Coimbra: 1965. [Separata de O INSTITUTO, vol. cxxvii] 63p.
3. BRETON, Roland J. –L. A supremacia do inglês é inevitável?. *O Correio da Unesco*, 23-4, junho 2000.
4. CALVET, Jean-Louis. O futuro das línguas. *O Correio da Unesco*, 35-6, junho 2000.
5. CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da lingüística*. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.195p.
6. CUNHA, Celso. *O ensino de português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação, 1954. 34p.
7. LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995. 72 p.
8. MARTINET, André. *Le français sans fard*. 2e. éd. [Paris] Presses Universitaires de France, 1974. 219p.
9. MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 168p. (Coleção Para compreender a Lingüística, 2).

10. PORTELA, Eduardo. Cultura clonada e mestiçagem. *O Correio da Unesco*, 9, junho 2000.
11. REBELO, Aldo. *Culta, bela e ultrajada*; um projeto em defesa da língua portuguesa. 2. ed. atual. Brasília: Câmara dos Deputados; Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001. 16p.
12. RICHARDS, Jack C. et. al. *Dictionary of language teaching and applied linguistics*. 2nd. ed. London: Longman Group UK Limited, 1992. viii + 423p.
13. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. de Antonio Chelini et al. 2. ed. Pref. à ed. bras. de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1970. xxiii + 279 p.
14. SENNA, Homero. A balbúrdia ortográfica. p. 15-9. In:—. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Serviço de Documentação, 1953. 45p.
15. SOARES, Magda. *Linguagem e escola*; uma perspectiva social. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.